

BRASIL: GEOPOLÍTICA DE EXPANSÃO TERRITORIAL, PODER PERCEPTÍVEL E CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO

Paulo Sergio Monteiro-da-Costa¹

Vânia Rubia Farias Vlach²

¹ Professor mestre do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco H, Instituto de Geografia, CEP 38408-902
Uberlândia, MG, Brasil – Fone/Fax: (34) 3239-4201 – e-mail: paulo.smc@ig.com.br

² Professora doutora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Campus Santa Mônica, Bloco H, Instituto de Geografia, CEP 38408-902
Uberlândia, MG, Brasil – Fone/Fax: (34) 3239-4201 – e-mail: vaniarubia@netsite.com.br

Palavras-chave: *geopolítica; poder perceptível; território; fronteiras; Brasil.*

Resumo

O estudo dos processos de formação das fronteiras brasileiras, desde a sua descoberta e colonização até sua consolidação, possibilita discutir a relação entre as ações e reações que influíram nessa dinâmica, assim como as concepções geopolíticas e o poder perceptível que as sustentaram. Apesar da fragmentação do poder, da administração, do povoamento e da economia coloniais implantados desde o início, a concessão de certa autonomia ao colono tratou-se, na verdade, de alternativa estratégica de ocupação e domínio da Coroa portuguesa. Somaram-se ainda as estratégias explícitas do período pombalino, os interesses mercantis, os tratados firmados e desrespeitados, os litígios e guerras na Bacia do Prata, as negociações diplomáticas, as arbitragens de fronteiras e a compra de terras. A aplicação do Método de Cline, relacionado ao poder perceptível espelhado pelo Brasil, auxilia na compreensão dos processos que resultaram na expansão territorial explícita e na configuração atual do território brasileiro.

Uma primeira visão

Ao se estudar os processos de expansão territorial pelos quais o Brasil passou desde sua descoberta até sua consolidação no início do Período Republicano, é possível melhor compreender os reflexos e desdobramentos das questões geopolíticas e de interesse sócio-econômico do período em questão na formação espacial atual.

Desde o início do período colonial, a concessão de certa autonomia ao colono era na verdade, uma estratégia de ocupação e domínio da Coroa portuguesa, apesar da fragmentação do poder, da administração, das características do povoamento e da economia coloniais implantados (Costa 1988). A ocupação das capitânicas hereditárias ficava por conta do donatário, que acabaria por desrespeitar a Linha de Tordesilhas, difícil de ser controlada desde sua definição em 1494. Somam-se a isso estratégias explícitas de ocupação e os interesses mercantis, que resultariam na assinatura do Tratado de Madri em 1750, que praticamente já esboçava os contornos do território brasileiro de hoje.

A nova configuração territorial diferia enormemente daquela estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, avançando sobre territórios espanhóis que vinham se tornando independentes e gerando disputas, desavenças e conflitos.

Todavia, o que mais se destacava no Tratado de 1750, segundo Lins (1965), era a tolerância, o espírito de concessão comum às duas partes contratantes, o desejo de uma paz estável e sua projeção para o futuro.

O rearranjo das forças políticas, os litígios e as guerras que se deflagraram ao longo do século dezanove, especialmente nos territórios da Bacia do Prata, terminaram por acrescer novas porções territoriais ao Brasil, além daquelas obtidas por meio de negociações diplomáticas, arbitragens e compra.

Embora novas formas de expansionismo virtual se mostrem atuantes no período atual, fruto dos processos espaciais contemporâneos, a relativa estabilidade ao longo do século XX decorreu, sem dúvida, das diligências diplomáticas que priorizaram a redefinição e demarcação das fronteiras brasileiras, amparadas em grande parte pelo poder perceptível então espelhado pelo Brasil.

Geopolítica, território e poder

Como destaca Costa (1988), ao contrário da geografia política, que estuda a política territorial dos Estados de forma pretensamente neutra, a geopolítica é um instrumento de ação do Estado para cumprir determinados objetivos de sua política interna ou externa.

Ainda o mesmo autor nos mostra que um grupo social estabelece relações culturais com seu espaço de vivência e produção, exprimindo-as através dos ritos, mitos, cultos, sacralizações e outras manifestações. Com seu trabalho e técnica se apropriará e explorará esse espaço, marcando-o com suas necessidades e impregnando-o com sua cultura. Tal espaço passa a possuir limites, que não são constituídos por linhas rígidas, mas por zonas que delimitam o espaço de recursos necessários à reprodução biológica e cultural do grupo. Assim, "... toda sociedade delimita seu espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção *territorializada* de suas próprias relações de poder". (Costa 1988, 18).

Costa (1988) ainda adverte que a nitidez do espaço político tende a aumentar e se tornar mais explícita com o aumento do grau de complexidade dessa sociedade. Com a constituição dos Estados-Nações surge a necessidade de fixação cada vez mais rígida de limites, gerando conflitos que podem culminar em guerras, onde o território é palco e objeto de disputa.

A dinâmica de fronteiras, segundo Backheuser (1948), se expressa por quatro leis, dependendo da vontade dos contratantes, da força de um deles ou de terceiros intervenientes (Lei da Vontade ou da Força), pela pressões recíprocas geradoras do equilíbrio (Lei do Equilíbrio Dinâmico), pelo atrito gerador de instabilidades (Lei da Fricção) e pela vitalidade expressa pelos elementos de força disponíveis (Lei da Pressão). As fronteiras permitem ainda o exercício da função legal, de controle, fiscal, ideológica e militar, muito embora a mais essencial e estável seja a primeira (Raffestin 1993).

Lins (1965, 180), entretanto, destaca a importância da noção política e jurídica de fronteira, se sobrepondo aos seus aspectos geográficos e históricos, visto que "...um Estado sem fronteiras definidas permanece numa situação de insegurança e instabilidade." Para Louter (1920, I, 332, *apud* Lins 1965, 180), "... uma fronteira fixa e bem determinada é ao mesmo tempo uma conseqüência e uma garantia de paz."

Ressalta ainda Lins (1965) que a fronteira se forma por meio de um processo histórico, em que tomam parte a política, a língua, o caráter das raças e dos povos, embora possa ser identificada com determinado acidente geográfico.

Na época do Brasil Colônia, as fronteiras naturais para Portugal, enquanto potência mercantil, eram desenhadas pelo movimento dos seus negócios. Os limites de expansão de Portugal estavam diretamente relacionados à expansão das suas atividades mercantis (Moniz Bandeira 1995).

No Brasil Império, a partir da década de 1850, um instrumento de poder de que o Brasil lançou mão foi a utilização da sua moeda, o patacão, nas negociações sul-americanas (Moniz Bandeira 1995).

No que tange, porém, à política territorial do Brasil Império, a compreensão de que havia a necessidade da aplicação de uma doutrina uniforme, coerente, precisa e que servisse de base e fundamento às negociações de limites com tantos Estados diferentes levou à aplicação do *uti-possidetis*, uma criação sobretudo brasileira, que já norteava o Tratado de Madri de 1750. Originária do Direito Romano (*Uti nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto*), seria novamente aplicada com o mesmo sentido: *uti possidetis, ita possideatis*, ou seja, "como possuíis, continuais possuindo". O Brasil sustentava que, como não havia tratados válidos, cada Estado permaneceria com o território que possuísse na ocasião da sua independência; seria o *uti-possidetis* de fato. Os opositores defendiam o *uti-possidetis juris*, que se baseava nos limites traçados pela Espanha, independentemente da posse ou ocupação efetiva. A ocupação efetiva considera a predominância de populações do país que se diz possuidor, resultado das migrações naturais ou promovidas pelo Estado interessado na colonização (Lins 1965).

Lins (1965, 464) acredita aplicar-se ao barão do Rio Branco, com inteira precisão, o famoso conceito do Conselho de Estado do Império: "Diplomacia inteligente sem vaidade, franca sem indiscreção [Sic] e enérgica sem arrogância." Também atribui a John Baset Moore a impressão sobre o barão do Rio Branco como o maior dos verdadeiros pacificadores de seu tempo, nunca falando dos benefícios da paz: um homem de ação, não de palavras. Considerado um estadista conservador, moderado, realista e pragmático, o barão do Rio Branco adotava, entretanto, a confiança irrestrita no direito, entendendo que a política exterior devia se pautar "... na realidade internacional, não com ideologia ou visão que toma nosso desejo pela realidade." (Ricúpero 2005, 36). O barão também entendia que a projeção internacional do Brasil dependia da segurança do Estado e de sua integridade territorial, devendo manter, tanto quanto possível, sua autonomia em relação às potências mundiais de então (Doratioto 2005).

Por outro lado, Leandro Tocantins (prefaciando Mattos 1980), lembra que a teoria do "destino manifesto", idealizada por Mahan antes de Ratzel, foi introduzida no Brasil pelo barão do Rio Branco, valendo-se dela na questão do Acre e utilizando em seus discursos o tema "Brasil e seu destino manifesto". O próprio Tocantins (Mattos 1980, 12) usa tal expressão, afirmando "Pois tudo o que envolve o homem há de ter um destino. A Geopolítica, ciência em que o homem há de imprimir um destino á área em que vive e à instituição a que pertence – o homem, agente cultural por excelência – estaria como que fatalmente designada a ligar-se ao destino."

Para Gramsci, a condição de grande potência se exprime pela possibilidade de uma ação estatal com direção autônoma, com influência e repercussão sobre outros Estados. A força militar de uma grande potência sintetiza o valor da extensão territorial e do potencial econômico. Ela é "... hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão". (1976, 191). Ainda segundo esse autor, para que um Estado possa projetar sobre outros a vontade social de suas classes dominantes, é indispensável sua tranqüilidade interna. O exercício desse poder pressupõe considerar todos os elementos previsíveis que assegurem a vitória, "... significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de

combater”. (Gramsci 1976, 192). Aliás, as vantagens de dominar o inimigo sem combater já haviam sido discutidas há cerca de 2.500 anos pelo general-filósofo chinês Sun Tzu (Claret 2002).

Costa (1988), por outro lado, observa que um território grande, no caso do Brasil, encerra potencialidades, mas não pode ser entendido como destino ou um caminho inevitável para o “Brasil-Potência”. Joaquim Nabuco, em seu diário, escreveu que “... não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes senão o sendo.” (Ricupero 2005, 39).

Ratzel (1898-1899), todavia, ao se referir ao crescimento territorial do Estado, dizia que o comércio pacífico pode preparar o crescimento, tendendo a fortalecer o Estado e a fazer recuar os Estados vizinhos.

Mesmo considerando os outros propósitos na formulação do método de Cline (1975, 1980, *apud* Mattos 1977, 1984), acreditamos que a incorporação de acréscimos por Mattos (1977) e pelos autores permite tecer algumas considerações acerca do papel do poder perceptível na formação e consolidação do território brasileiro.

Cline (1975, 1980) propõe a aplicação da fórmula a seguir:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W),$$

onde: P_p = Poder Perceptível,
 C = Massa Crítica (População + Território),
 E = Capacidade Econômica,
 M = Capacidade Militar,
 S = Concepção Estratégica,
 W = Vontade de realizar a estratégia nacional.

Mattos (1977) propõe um acréscimo na equação:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W + P), \quad \text{onde: } P = \text{Capacidade de Persuasão.}$$

Os autores do presente trabalho propõem ainda outro acréscimo:

$$P_p = (K + C + E + M) \times (S + W + P), \quad \text{onde: } K = \text{Cultura,}$$

apoiados na afirmação de Paranhos de que o Brasil merecia reconhecimento na esfera das grandes amizades internacionais pela “... sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população” (Ricúpero 2005, 39).

A expansão territorial explícita

A própria existência do Brasil, na concepção de Pinto (2001), não decorre intrinsecamente de um acidente histórico, mas do desdobramento lógico do projeto estratégico sofisticado cujo cerne era a Escola de Sagres, desenvolvido competentemente pela Coroa portuguesa no século XV.

A partir do descobrimento, a ocupação, expansão e preservação do território dependeram de outras estratégias geopolíticas decorrentes de realidades históricas complexas que se sucederam ao longo dos séculos seguintes, das quais se podem destacar algumas mais importantes.

A própria ocupação do território concedido aos donatários por meio das Capitânicas Hereditárias foi irregular e desigual, face às dificuldades impostas pelas condições naturais e presença de indígenas beligerantes. Além disso, as doenças tropicais eram flagelo ao qual os europeus não estavam adaptados. Assim mesmo, a tentativa de escravização de índios e a busca pela ouro, prata e pedras preciosas forçaram o avanço para o oeste. Também a busca por melhores pastagens, locais adequados à produção do charque e da erva-mate contribuíram para a colonização do oeste e sul do Brasil. No norte, área de extração das chamadas "drogas do sertão" (Frota 1979; Becker 1990), o rio Amazonas era acesso privilegiado a uma porção territorial da maior importância, como cedo percebera o Marquês de Pombal, acesso esse que poderia permitir encontrar os contornos da mítica Ilha-Brasil, que acabou por mostrar-se um Continente-Brasil (Tocantins, prefaciando Mattos 1980; Mattos 1980; Magnoli 2005).

Ainda Mattos (1980), comparando as evoluções geopolíticas e territoriais entre norte e sul do Brasil, destacaria as observações de Capistrano de Abreu, de que a Amazônia teria sido descoberta espanhola e conquista portuguesa, contrariamente ao Prata, descoberta portuguesa e conquista espanhola. De fato, as expansões territoriais foram muito diferentes entre essas regiões, face aos interesses maiores e litígios que determinaram o delineamento das fronteiras brasileiras ao longo do tempo.

No caso da região norte, destacam-se os fatos de que Orellana alcançou a foz do Amazonas em 1542 a partir dos Andes, mas os portugueses só viriam a explorá-lo após o ano de 1646. Todavia, os interesses da Coroa na região se manifestariam em 1621 com a criação dos estados do Maranhão e Grão-Pará, cujo objetivo era evitar a penetração de espanhóis, franceses, ingleses e holandeses, que já se instalavam entre o Maranhão e o Cabo Orange. Questões territoriais surgem quando o governador desses estados organiza a expedição de Pedro Teixeira (de 1637 a 1639), que faria o caminho inverso de Orellana, chegando ao altiplano de Quito e causando desagrado às autoridades espanholas. Alguns anos mais tarde, o bandeirante Raposo Tavares chega às encostas andinas de Santa Cruz de la Sierra e retorna pelos rios Mamoré, Madeira e Amazonas, causando novos desentendimentos (Mattos 1980).

As incursões de bandeirantes, cada vez mais para o interior do continente, pareciam indicar sua intenção na conquista do Peru, uma vez que algumas tentativas foram levadas a cabo no sentido de dominar Santa Cruz de la Sierra e depois Buenos Aires (Moniz Bandeira 1995). Embora conscientes de que tais fatos levariam à perda de território e protestassem com veemência, as províncias coloniais nos Andes estavam mormente preocupadas com a mineração nos altiplanos, deixando as baixas altitudes à mercê do avanço dos luso-brasileiros. Além disso, enquanto estes podiam avançar para oeste em direção às nascentes dos rios, o inverso era bem mais difícil.

O deslocamento do centro de poder para Belém, com a construção do Forte do Presépio, o envio das bandeiras fluviais e a criação da Capitania de São José do Rio Negro, viriam a propiciar a conquista efetiva para a Coroa portuguesa das terras amazônicas (Mattos 1980).

Mesmo que o Tratado de Utrecht, de 1713, negociado pela Inglaterra com interesse de afastar os franceses, já forçasse o reconhecimento da soberania de Portugal sobre três quartas partes da Amazônia (Moniz Bandeira 1995), foram as fortificações e ocupações criadas ao longo do contorno da bacia amazônica e sua foz, as do Mato Grosso e da fronteira sul, que viriam permitir a constatação do *uti-possidetis* para a demarcação da fronteira definida em 1750 pelo Tratado de Madri (Mattos 1980) (**Figura 1**).

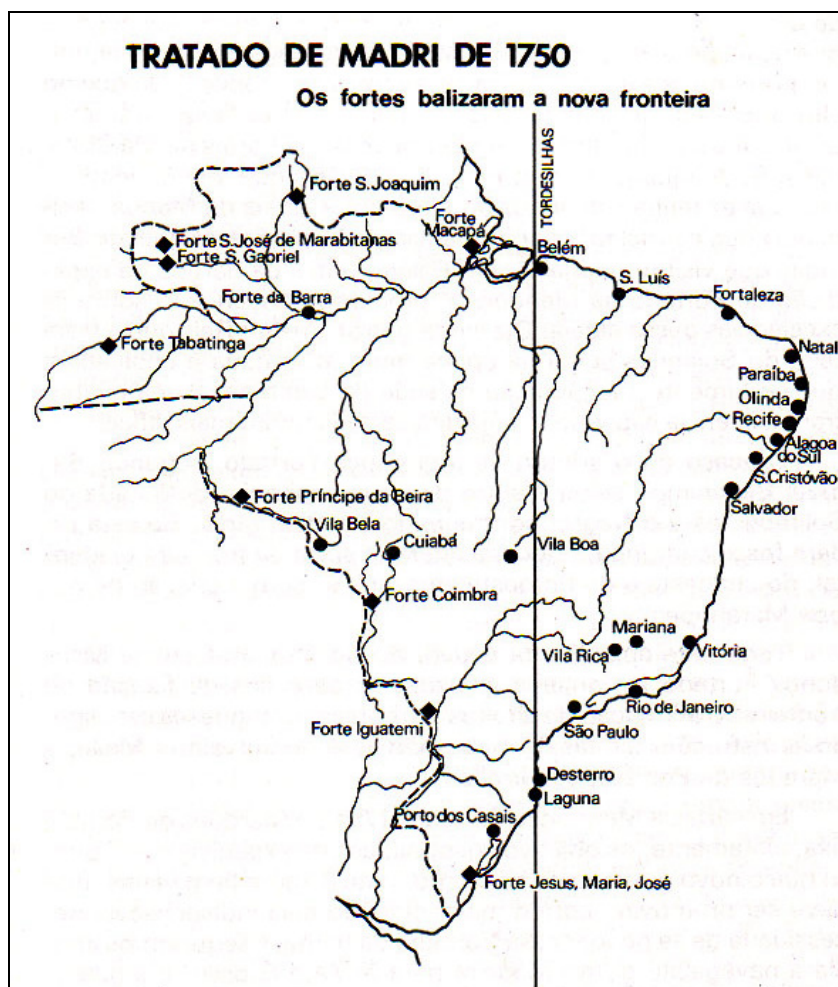


Fig. 1: Balizamento da fronteira instituída pelo Tratado de 1750 a partir dos fortes (Fonte: Mattos, 1980).

De acordo com Mattos (1980), a estratégia geopolítica de Portugal em relação à Amazônia articulava todo o espaço brasileiro e as três grandes bacias hidrográficas, estando nitidamente delineada nas cartas pombalinas do século XVIII, assim resumidas:

- Ocupar os espaços amazônicos ao norte (Capitania do Cabo Norte), noroeste e oeste (rios Negro, Branco e Solimões) e sudoeste (rios Purus e Madeira), dando nomes portugueses às localidades.
- Instalar no rio Madeira um entreposto para assegurar a intercomunicação da Amazônia com Cuiabá, que era o ponto extremo das comunicações com o sudeste e sul do Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e São Pedro do Rio Grande).

Moniz Bandeira (1995), por outro lado, vê no mercantilismo a principal força propulsora da conquista de territórios pelos luso-brasileiros. Ela teria seu ápice entre o final do século XVII e meados do século XVIII, quando o Tratado de Madri já desenhava o contorno do Brasil. Em sua obra, o autor detalha a complexa sucessão de litígios e acordos que fariam a fronteira sul oscilar por cerca de 200 anos, num processo de ocupação menos tranqüilo que o da Amazônia, como resumiremos a seguir.

Apesar de Buenos Aires ter apenas cerca de 100 habitantes no início do século XVII e não ter recebido a devida importância pela Espanha na época, o crescimento da população portuguesa por conta da vinda dos cristãos-novos, pejorativamente denominados *marranos*, o intercâmbio que se estabelecia com o Brasil, a entrada de escravos destinados a Potosí, a facilidade de acesso ao Peru e a intensificação do contrabando de prata levaram a Espanha a estabelecer uma alfândega seca (e ineficaz) em Córdoba. Aliás, a unificação dos reinos de Portugal e Espanha teria aberto caminho tanto para as incursões dos bandeirantes quanto para a formação do contrabando, que interessava especialmente aos ingleses.

Como a margem setentrional do Prata passou a interessar aos ingleses, franceses, holandeses e dinamarqueses, Portugal decide se antecipar e se apossar da área por volta de 1680, fundando a Colônia de Sacramento. Tal decisão foi longamente estudada e amadurecida, constituindo-se no desdobramento oficial dos interesses luso-brasileiros em avançar e se estabelecer na região do Prata, dominando sua margem norte para permitir a conquista posterior de Buenos Aires. Tal ato propiciaria a invasão e ocupação de toda a margem oriental do Rio da Prata e dos territórios argentinos de Misiones, Entre Rios e Corrientes. Dessa forma, os portugueses passariam a controlar a linha de comunicações entre Buenos Aires e os centros mineiros do Alto Peru em quase toda a sua extensão. A reação à presença portuguesa no Prata foi violenta, levando à destruição quase imediata da Colônia de Sacramento pelo governo de Buenos Aires. A guerra ali se estenderia por mais de um século e impediria os portugueses de avançar de acordo com suas pretensões.

Com o Tratado de Alfonsa, de 1701, a Colônia foi oficialmente reconhecida como de propriedade portuguesa, mas a nova conjuntura política na Europa reacende as lutas. A retomada da Colônia por Buenos Aires foi seguida da sua devolução pelo Tratado de Utrecht, sendo depois trocada pelo território de Sete Povos das Missões com o Tratado de Madri. A resistência das missões por vários anos dificultou a aplicação do *uti-possidetis*, levando à recuperação em 1761 da área do Prata por Portugal pelo Tratado de El Pardo. Depois disso, a Colônia de Sacramento seria ainda algumas vezes perdida e recuperada por Portugal, até a perda definitiva pelo ataque de D. Pedro Cevallos y Calderón em 1776, seguido do Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

D. João VI sonhava com a unificação do Brasil com as colônias espanholas, formando um grande Império na América e, com o apoio da Inglaterra, ameaçou recorrer às armas contra Buenos Aires, forçando uma proposta “amigável” de anexação, mas seus planos não avançaram por conta dos acordos posteriores entre Inglaterra e Espanha.

Adquirindo uma conotação mais forte de ordem econômica, motivada pela concorrência na pecuária e no charque, outra invasão, seguida de armistício forçado pela Inglaterra em 1812, seria seguida de nova invasão para controlar Artigas em 1816, tomando Montevidéu em 1817, com a conivência de líderes argentinos e facções uruguaias. A banda oriental, transformada em 1821 na Província Cisplatina, seria de estratégia vital para a segurança e defesa das Províncias de Mato Grosso e Goiás, além de evitar insurreições disseminadas por Artigas na província de Rio Grande de São Pedro.

Em 1825 inicia-se a sublevação comandada por Lavalleja, que ganha corpo e inflige sérias derrotas ao Brasil, culminando com a declaração de guerra por D. Pedro I. O envolvimento dos generais revolucionários Sucre, Santander e Bolívar ameaça o envolvimento da Colômbia e do Peru no conflito. Face aos intrincados interesses estrangeiros na região, o Brasil termina por conseguir um tratado de paz em 1827, recuperando a Colônia, mas volta a perdê-la com o novo tratado de 1828.

Moniz Bandeira (1995) também destaca o fato inusitado da tentativa de anexação da Província de Chiquitos, Departamento de Santa Cruz, à província brasileira de Mato Grosso, desta feita por iniciativa do governador de Chiquitos, derrotado por Sucre, e que obteve apoio de tropas brasileiras, mas recusado por D. Pedro I em 1825.

Em 1843 o Governo Imperial reconhece a independência do Paraguai e tenta negociar tratados de amizade, comércio e navegação. Todavia, após o fim do período de Rosas na Argentina e a conseqüente abertura do Prata à navegação, o governo paraguaio de López, sentindo-se prejudicado, passa a dificultar o trânsito de navios no Alto Paraguai, tentando forçar a demarcação dos limites e impedir a fortificação de Mato Grosso. López captura um navio brasileiro com destino a Mato Grosso e rompe relações com o Brasil em 1864.

Suprido com armas e munições pelos Estados Unidos, segundo apura o serviço secreto do Governo Imperial, López invade Mato Grosso, ocupando a área dos ricos ervatais disputada pelo Brasil. Tenta obter apoio da Bolívia, mas essa é neutralizada pela ação diplomática brasileira, perdendo esta ainda parte de seu território para o Brasil pelo Tratado de 1867. Sem alternativas, López declara guerra à Argentina e invade Corrientes, levando à assinatura do Tratado da Tríplice Aliança pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Derrotado, o Paraguai perde grande parte do seu território para a Argentina e para o Brasil. Embora ambos os países tivessem se comprometido a respeitar o Paraguai como nação soberana, com a derrota o retalharam, negociando sua independência, soberania e integridade (Moniz Bandeira 1995).

Oddone (1967), analisa as causas dos conflitos em função da fase expansiva do desenvolvimento brasileiro iniciada na década de 1850, que requeria o domínio de uma rede de comunicações ligando zonas distantes e de diferentes características produtivas.

Do ponto de vista comercial e econômico, o banqueiro Visconde de Mauá partia da idéia de que a base econômica deveria lastrear a base política e institui o patacão como moeda corrente em todos os países da Bacia do Prata, por meio de empréstimos aos poderes locais. Raffestin (1993) alerta que, por ter circulação estritamente

controlada, o uso da moeda como fonte de poder, qualquer que seja a escala, confere a capacidade de organizar e desorganizar, de estruturar e desestruturar territórios, de reativar ou estagnar economias, de sustentar ou derrubar governos.

Mauá, por outro lado, previa como conseqüências da guerra a destruição do vencido e a ruína do vencedor. Ao final da guerra, o Paraguai perderia sua autonomia econômica e seria incorporado ao sistema capitalista mundial, enquanto o Brasil, para obter recursos para a guerra, teria que fazer concessões alfandegárias, financeiras e políticas que lhe teriam prejudicado no processo de industrialização, em benefício da Grã-Bretanha (Moniz Bandeira 1995).

Ainda Moniz Bandeira (1995) entende que, com a independência de Portugal, o Brasil não se tornara instrumento dos interesses britânicos na América do Sul, ao contrário, expressara muito maior autonomia no plano internacional, muitas vezes em contradição com a política da Grã-Bretanha. Frente aos países da Bacia do Prata teria assumido posição de grande potência, aos quais impôs sua hegemonia entre 1850 e 1876, empreendendo ações de caráter colonial e imperialista para realizar objetivos econômicos e políticos, que podiam coincidir ou não com os interesses da Grã-Bretanha. A articulação era viabilizada sem destruir a estrutura social hierárquica e autoritária de sustentação do regime e da burocracia estatal centralizadora (Becker & Egler 1998; Silva 1991). Aliás, Becker & Egler (1998) destacam o papel do regime escravocrata na manutenção da unidade do Estado brasileiro, em contraposição à fragmentação ocorrida na América espanhola.

Ainda Becker & Egler (1998) salientam a peculiaridade do processo de organização dos Estados sul-americanos que, ao contrário do ocorrido na maior parte da Europa, teriam se formado antes da formação das nações, assim como a política do território no Brasil, que teria precedido o território da política, deixando-lhe o encargo da manutenção dos extensos limites estabelecidos desde a colonização.

A consolidação das fronteiras territoriais

Cabe destaque nesse período às estratégias e ações da diplomacia brasileira, cujo maior expoente foi, sem dúvida, José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio

Branco. Nascido em 1845, cedo decide seguir os passos de seu pai, o Visconde do Rio Branco, abraçando a carreira diplomática desde 1870. As negociações que presidiu, relativas às fronteiras brasileiras, embasaram-se fortemente no princípio do *uti-possidetis*, que vigorava já no Tratado de Madri de 1750.

Rio Branco apoiava-se na interpretação de Joaquim Nabuco de que, após retalhar a África, a cobiça imperialista européia voltar-se-ia para o Brasil, tratando de fortalecer o sistema das Américas, sob a proteção da Doutrina Monroe (“a América para os americanos”) e do poderio norte-americano. Apesar disso, tal alinhamento deveria ser cauteloso, uma vez que, a longo prazo, os Estados unidos poderia se tornar uma ameaça ao Brasil (Ricúpero 2005; Doratioto 2005).

Após sair vitorioso nas negociações da fronteira sul após a Guerra da Tríplice Aliança, Rio Branco é designado para negociar em 1895 litígios de limites com a Guiana Inglesa, submetendo ao arbítrio da Suíça a decisão sobre os limites com a Guiana Francesa, com parecer vitorioso ao Brasil (Lins 1965; Mattos 1980) (**Figura 2**).



Fig. 2: Barão do Rio Branco (sentado), rodeado por Domício da Gama, Raul do Rio Branco e Hipólito Alves de Araújo (da esquerda para a direita), pelos representantes da missão do Oiapoque (Fonte: Doratioto 1995).

Todavia, a questão mais famosa resolvida por Rio Branco foi a do Acre, que se originara da incerteza acerca da nascente do rio Javari, determinada como ponto de demarcação pelo Tratado de Madri. O interesse boliviano pela região acreana surgiu quando o General Pando observou a febril atividade extrativa da borracha que ali se processava, alcançando em 1894 a cifra de 5 milhões de libras esterlinas. Os americanos tentam acordos secretos com a Bolívia, oferecendo apoio em troca de vantagens financeiras no comércio da borracha. Um caso extremo e *sui generis* foi o arrendamento do Acre pelo governo boliviano ao Bolivian Syndicate, um consórcio anglo-americano sediado em Nova Iorque, "... transferindo-lhe os direitos de administrar o território, cobrar impostos e direitos alfandegários, usufruir das terras, exercer autoridade e assegurar pela força, se necessário, a garantia de todos esses privilégios (era a criação de um Estado dentro do Estado)." (Mattos 1980, 54)

Para evitar a consolidação do Bolivian Syndicate, o espanhol Luiz Galvez expulsa os bolivianos e funda a República do Acre em 1899, causando reação do governo brasileiro, que o expulsa da região. A República do Acre é refundada em 1902 por Plácido de Castro, enquanto os conflitos se alternam entre ações do governo boliviano, dos seringueiros e do governo brasileiro, chegando ao extremo de lutas armadas (Mattos 1980; Andrade 2005).

Depois de dez anos de embates, a solução final negociada por Rio Branco (Tratado de Petrópolis, de 1903), incorporava quase 200.000 km² ao território brasileiro, em troca de áreas totalizando 3.164 km², da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e de uma compensação de 2 milhões de libras esterlinas (Lins 1965).

Rio Branco passa a negociar com o Peru em 1903, que também possuía limites com a área em disputa e ainda reclamava territórios no Amazonas (Mattos 1980; Lins 1965). A situação era mais acalorada que a da Bolívia, e havia o risco de nova guerra. O tratado só foi assinado depois de seis anos, com a perda de 125.000 km² do território pretendido do Acre, mas com vitória brasileira em relação às pretensões peruanas no Amazonas. (Lins 1965).

No caso relativo à Guiana Inglesa o Brasil postulava a posse da faixa de 30.000 km² que dava acesso ao rio Esequibo, onde possuía o Forte de São Joaquim, mas a

Inglaterra submeteu a questão à arbitragem do rei Vitório Emanuel III da Itália, que deu ganho de causa à Inglaterra em 1904 (Mattos 1980).

Rio Branco também negociou e firmou em tratado de 1906 as fronteiras com a Guiana Holandesa (Colônia de Surinã), embora não houvesse discordância entre as partes, nem reclamos da Holanda quanto aos limites amazônicos defendidos pelo Brasil. Também em 1905 assina protocolos com a Venezuela e envia um plenipotenciário para negociar tratado de limites com a Colômbia, assinado em 1907 (Lins 1965).

Por fim, Rio Branco acerta no Tratado de 1909 a devolução espontânea dos direitos de condomínio e jurisdição sobre a Lagoa Mirim e o rio Jaguarão uruguaios retidos pelo Brasil por mais de meio século (Lins 1965).

Apesar de todos os feitos creditados ao barão do Rio Branco, Castro Martínez (1980) salienta que Rio Branco consolidou e deu permanência ao panamericanismo, mas com a finalidade específica de que o Brasil passasse a ser um ponto de convergência das três Américas e de que o continente passasse a girar no eixo Brasil-Estados Unidos. Até o final da Segunda Guerra do Pacífico em 1883, o prestígio regional na América do Sul era compartilhado pelas chamadas potências ABC, representadas pela Argentina, Brasil e Chile. Para o autor, um dos principais objetivos de Rio Branco foi aumentar o prestígio do Brasil no mundo e dar-lhe um papel preponderante na América do Sul.

É importante ressaltar que os fatos e ações até aqui descritos representam apenas um impreciso resumo de todas as articulações e mobilizações que se processaram desde o descobrimento até o início da República, caracterizando o forte expansionismo brasileiro do período colonial e imperial.

Com suas fronteiras definidas, o Brasil República volta-se para seus problemas, crises internas e desenvolvimento, pondo fim ao seu longo período de expansões territoriais explícitas, mas voltando mais tarde a novas estratégias geopolíticas de consolidação de seu território e expansão de seu poder na América do Sul.

Geopolítica, consolidação territorial e poder perceptível

Em primeiro lugar, pode-se concluir que a expansão territorial mais antiga do Brasil não ocorreu ao acaso, tampouco se deu por meio de uma geopolítica destituída de qualquer ideologia elaborada, no sentido de orientação a ações conscientes. Os pressupostos geopolíticos da colonização e ocupação, mais especificamente os do período pombalino, definem claramente as intenções da Coroa portuguesa em relação ao Brasil.

De outra parte as expansões, tanto do Brasil Colônia quanto do Brasil Império, foram extremamente complexas no que diz respeito às intenções, movimentos, arranjos, acordos, interesses e demarcações envolvidos, especialmente na porção da Bacia do Prata (Moniz Bandeira 1995; Costa 1999). Até o final do Império, os litígios foram a regra, intercalados por alguns períodos de calmarias.

Rio Branco teve papel fundamental e oportuno na solução dos impasses e formalização dos acordos finais para consolidar as fronteiras atuais, o que dificilmente teria ocorrido nos anos que se seguiram, trazendo a estabilidade necessária à República que se iniciava já em meio a graves crises internacionais. Averso às instabilidades políticas e com o argumento de que “...um vizinho turbulento é sempre um vizinho incômodo”, desejava que os demais Estados sul-americanos vivessem em paz, prosperassem e enriquecessem, afirmando que o Brasil só ambicionava “... ser forte entre vizinhos grandes e fortes” (Doratioto 2005, 27; Ricúpero 2005, 38).

Também Rio Branco lançaria as bases da diplomacia brasileira, ao estabelecer o princípio de que o Itamaraty representa os interesses da nação brasileira e não os de governos, além de diretrizes de não-intervenção em assuntos internos de outros países, fidelidade ao direito internacional, recusa a hegemonias, equilíbrio e senso de moderação (Doratioto 2005; Ricúpero 2005).

Ao longo do tempo, porém, é inegável o papel das relações de poder na construção da configuração atual do território brasileiro, o que se processa de forma explícita ou implícita, e o método de Cline nos ajuda a interpretar, por aproximação, o poder reconhecível por outros Estados-Nações.

Pela fórmula de Cline modificada por Mattos (1977) e pelos autores, em que

$$P_p = (K + C + E + M) \times (S + W + P),$$

e onde: P_p = Poder Perceptível,
 K = Cultura
 C = Massa Crítica (População + Território),
 E = Capacidade Econômica,
 M = Capacidade Militar,
 S = Concepção Estratégica,
 W = Vontade de realizar a estratégia nacional,
 P = Capacidade de persuasão,

percebe-se que, durante o período colonial, o território brasileiro não poderia configurar poder pela sua extensão, uma vez que ainda estava sendo criado, mas sim pela sua localização em relação à Europa e por certas características físicas favoráveis, entre elas a hidrografia. Sua população, embora ainda pequena e concentrada na faixa litorânea, era incrementada com o tráfico de escravos e a escravização ou catequização de índios, permitindo o avanço em ondas sobre as populações rarefeitas das zonas baixas dos países andinos. A cultura brasileira ainda mesclava-se a partir da fusão racial e étnica, fortalecendo suas características e sua unidade lingüística com a interiorização gradual da população, principalmente a partir do século XVIII. A capacidade econômica poderia ser, até certo ponto, equivalente ou mesmo inferior à dos vizinhos, considerando o maior valor da prata em relação ao ouro, mas ganha destaque com a produção do açúcar, expansão do gado, fumo, erva-mate e algodão. A capacidade militar e estratégica oscila pela falta de atenção da Coroa portuguesa, mas afirma-se principalmente a partir do período pombalino, com a fortificação do litoral e do interior (ver Figura 1) e garantindo a aplicação do *uti-possidetis*. No que tange à vontade de realizá-la e a capacidade de persuasão, percebe-se que tal vontade se expressa mais pelos interesses dos grupos que buscavam riquezas do que pelos governos, enquanto a capacidade de persuasão mostrava-se muito limitada.

Considerando que, no início do Império, a população brasileira já ultrapassava 3.500.000 de habitantes (Fausto 2000), a massa crítica e a cultura ganham expressão, enquanto cresce a economia, principalmente com o café e o início do processo de industrialização.

Cresce também o poderio militar e a concepção estratégica, enquanto a vontade de realizá-la fica, em parte, dependente dos conflitos internos e agressões externas que conturbavam o período, denotando a falta da capacidade de persuasão.

Ao final do Império e início da República, quando o barão do Rio Branco atuou nas Relações Exteriores do Brasil, as capacidades econômica e militar apresentavam-se vulneráveis, face às oscilações do mercado internacional e aos prejuízos proporcionados pelas guerras e revoltas internas do século XIX. Embora ele destacasse o papel da cultura, do território e da população (massa crítica), nos parece razoável avaliar que, pelo menos em termos culturais, não há razão para supor que seu peso sobrepujasse o dos países vizinhos, em certos aspectos mais desenvolvidos que o Brasil da época. Desse modo, pode-se considerar que, nesse período, a concepção estratégica e a vontade de realizá-la eram bastante fortes, mas a tônica recaía exatamente sobre a capacidade de persuasão.

Os resultados obtidos na consolidação do território brasileiro por meio da política externa da virada do século XX viriam a configurar a estabilidade pelo menos até a virada do século XXI, apesar das fortes modificações do seu poder perceptível depois dos anos 1970. O início do século XXI, porém, nos traz novas e importantes questões, que demandam novas pesquisas e ponderações.

Bibliografia

- Andrade, Everaldo de Oliveira. 2005. A guerra do Acre. *Nossa História* 3 (25): 20-22. (São Paulo: Vera Cruz).
- Backheuser, E. 1948. *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert.
- Becker, Bertha K. 1990. *Amazônia*. São Paulo: Ática, Série Princípios.
- Becker, Bertha K.; Egler, Claudio A.G. 1998. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 3ª ed.
- Castro Martínez, Pedro Fernando. 1980. *Fronteras Abiertas: Expansionismo y Geopolítica en el Brasil Contemporáneo*. Mexico: Siglo Veintiuno Ediciones, primera edición.
- Claret, Martin. 2002. *A Arte da Guerra: Sun Tzu*. São Paulo: Editora Martin Claret, Coleção A Obra-Prima de Cada Autor, nº 54.
- Cline, Ray. 1975. *World Power Assessment: A Calculus of Strategic Drift*. Georgetown University.

- _____. 1980. *World Power Trends and U.S. Foreign Policy for the 1980's*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Costa, Maria de Fátima. 1999. *História de um país inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade / Kosmos.
- Costa, Wanderley Messias da. 1988. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto / Editora da Universidade de São Paulo, Coleção Repensando a Geografia.
- Doratioto, Francisco. 2005. Projeção brasileira na América do Sul. *Nossa História* 3 (25): 24-27. (São Paulo: Vera Cruz).
- Fausto, Boris. 2000. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP / FDE, 8ª ed., Didática, livro 1.
- Frota, Guilherme de Andréa. 1979. *Uma Visão Panorâmica da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. do autor.
- Gramsci, Antônio. 1976. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2ª ed.
- Lins, Álvaro. 1965. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed.
- Louter, J. de. 1920. *Le Droit International Public Positif*. Oxford: 2 vol.
- Magnoli, Demétrio. 2005. Uma ilha chamada Brasil. *Nossa História* 3 (25): 14-19. (São Paulo: Vera Cruz).
- Mattos, Carlos de Meira. 1977. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Coleção General Benício, v. 152, publ. 472.
- _____. 1984. *Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Coleção General Benício, v. 217, publ. 531.
- _____. 1980. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Coleção General Benício, v. 181, publ. 501.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. 1995. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados da Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo / Brasília: Editora Ensaio / Editora da Universidade de Brasília, 2ª ed.
- Odonne, Juan Antonio. 1967. Mauá, el banquero del Imperio y de la crisis. In: *Cuadernos de Marcha*. Montevideo: nº 5.
- Pinto, Luiz Fernando da Silva. 2001. *Sagres, a revolução estratégica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 6ª ed.
- Raffestin, Claude. 1993. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, Série Temas, v. 29, Geografia e Política.
- Ratzel, Friedrich. [1982]. O Solo, a Sociedade e o Estado. *Revista Orientação*. (6): 93-101. (1898-1899).
- Ricúpero, Rubens. 2005. As lições do barão. *Nossa História* 3 (25): 36-39. (São Paulo: Vera Cruz).
- Silva, Golbery do Couto e. 1981. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio Edit., Coleção Documentos Brasileiros, vol. 190.